

# MAIS DE 20 MIL PARTICIPANTES NAS ETAPAS PREPARATÓRIAS DA II CONAES



**IMAGENS, DE CIMA PARA BAIXO:  
APRESENTAÇÃO CULTURAL NA CONFERÊNCIA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE, PÚBLICO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO E PLENÁRIA NA CONFERÊNCIA ESTADUAL DA BAHIA.**

**D**esde janeiro de 2010 tiveram início as mobilizações em preparação a II Conferência Nacional de Economia Solidária. A Conferência foi convocada pelo Conselho Nacional de Economia Solidária para debater o tema: “o direito às formas de organização econômicas baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”. O evento reunirá entre os dias 16 a 18 de junho, em Brasília, 1.600 delegados/as e cerca de 200 convidados/as.

Antecedendo a etapa nacional, aconteceram as etapas preparatórias regionais e estaduais. Ao todo, foram realizadas 187 Conferências Regionais ou Territoriais abrangendo 2.894 municípios brasileiros, com 15.800 participantes dos segmentos representativos locais da economia solidária. Nessa etapa foram discutidos livremente os eixos temáticos da II CONAES, o que gerou um conjunto significativo de contribuições para a etapa estadual. Além disso, essas conferências territoriais ou regionais elegeram democraticamente 4.440 delegados/as para as conferências estaduais, sendo 1.022 do poder público, 1.094 das organizações sociais e 2.324 de empreendimentos econômi-

cos solidários.

Posteriormente, foram realizadas 27 Conferências Estaduais de Economia Solidária, entre os meses de março e maio de 2010 com a participação de 4.659 pessoas, entre delegados/as e convidados/as. Como delegados/as das Conferências Estaduais foram eleitos/as 1.460 pessoas para participação da etapa nacional, sendo 365 do poder público, 365 de organizações sociais e 730 de empreendimentos econômico solidários, conforme estabelecido previamente no Regulamento Geral para representação dos estados na II CONAES

Para o Secretário Nacional de Economia Solidária Adjunto, Fábio Sanchez, “Os números das Conferências Territoriais e Estaduais de economia solidária demonstram o contínuo engajamento em torno da economia solidária no Brasil. Representa também que a tentativa de abertura do estado brasileiro às formas de democracia direta e de participação da sociedade civil na construção de políticas públicas vem igualmente se ampliando”. Fábio diz ainda que, “o desafio é entender todas essas etapas que fazem parte da II CONAES não apenas como momentos pontuais, mas como processo contínuo de democratização do estado brasileiro”.



## Contato

### Secretaria Nacional de Economia Solidária

Esplanada dos Ministérios,  
Bloco F, Ed. Sede, Sala 347.

Fone: (61) 3317-6308

Fax: (61) 3317-8221

CEP: 70059-900 - Brasília/DF

[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

# REALIZADA A I CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Convocada pelo Comitê Temático de Finanças Solidárias e Crédito, órgão ligada ao Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES), e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do trabalho e Emprego (MTE), com o apoio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Instituto Palmas, realizou-se nos dias 03, 04 e 05 de maio do corrente ano, na cidade de Fortaleza/CE, a I Conferência Temática de Finanças Solidárias. A Conferência Temática teve como objetivo garantir o aprofundamento do debate sobre o tema e os objetivos propostos pela II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), que se realizará nos dias 16 a 18 de junho de 2010, em Brasília- DF, com o lema “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. A realização da I Conferência Temática de Finanças Solidárias foi voltada para as iniciativas no campo das finanças solidárias onde se destacam a presença dos segmentos do cooperativismo de crédito solidário, do financiamento comunitário, via as organizações de bancos comunitários e de fundos solidários, bem como das microfinanças como as instituições de micro-crédito. Afirmado, desse modo, a importância e o papel das finanças de proximidade em comunidades e em territórios voltada a reorganizar as economias locais e o desenvolvimento solidário.

A partir dos debates da Conferência, destacou-se dois eixos que serão levados para discussão durante a II CONAES, foram eles: a natureza singular das práticas de finanças solidárias e as prioridades e os avanços para o setor. Para o Coordenador-Geral de Comércio Justo e Crédito, Antônio Haroldo Mendonça, “O segmento das Finanças Solidárias vem crescendo e se diversificando no Brasil, com novos atores e iniciativas em diversos campos. A Conferência Temática mostrou isso e o enorme espaço que temos ainda para avançar no campo das finanças solidárias no Brasil.”

## I CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE ETNODESENVOLVIMENTO



Aconteceu entre os dias 10 e 11 de maio, em Brasília, a I Conferência Temática de Etnodesenvolvimento. Este evento faz parte da etapa preparatória para realização da II Conferência Nacional de Economia Solidária que acontecerá entre os dias 16 a 18 de junho. A conferência buscou avançar na formulação de diretrizes para as políticas públicas de etnodesenvolvimento e voltadas para o fortalecimento de povos e comunidades tradicionais, na perspectiva da economia solidária, bem como subsidiar os debates que serão realizados na II CONAES.

Participaram da mesa de abertura as seguintes entidades: Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES; Fundação Nacional dos Índios – FUNAI; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPIR; Associação dos Povos de Terreiros - ABCANTU; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras – CONAQ; e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. O evento contou ainda com palestra do Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer

Durante a conferência, percebeu-se que a pluralidade de povos fazia-se presente. Havia ao menos um representante das seguintes comunidades: povos e comunidades indígenas, quilombolas, geraizeiros, pantaneiros, fundo de pasto, ribeirinhos, faxinalenses, caçaras, pescadores artesanais, retireiros do Araguaia, povos de terreiros e quebradeiras de côco babaçu. Contou-se ainda com a presença e participação de representantes do poder público, das universidades e de outros movimentos sociais.

Destaca-se como grande avanço a iniciativa de construir um consenso em torno de um conceito para o etnodesenvolvimento, que sirva como parâmetro para as políticas públicas. De acordo com a sistematização da Conferência, “Vale ressaltar que essa formulação expressa um conceito ainda em construção, que deve ser revisitado e reformulado no caminhar desse movimento, com base nas práticas e nas experiências cotidianas dos povos e comunidades tradicionais.”

*“O etnodesenvolvimento tem como pressuposto fundamental a garantia dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, sua demarcação, titulação e proteção. A garantia de igualdade de direitos com respeito à diversidade: à segurança alimentar e nutricional; à moradia; ao saneamento; à educação (escolas com projetos políticos pedagógicos que contemplem e respeitem a diversidade); à saúde com valorização e garantia de uso dos conhecimentos e saberes fitoterápicos dos povos tradicionais; ao transporte; à inclusão comunicacional; ao trabalho livre; ao lazer; ao acesso aos recursos naturais e sua preservação (água limpa); ao direito de ir e vir. Direitos não limitados à existência de leis, mas garantidos de fato. Ter direito é ser cidadão. O etnodesenvolvimento requer a garantia de políticas públicas de fomento à produção sustentável: linhas de crédito, financiamento para inovações tecnológicas apropriadas, certificação participativa, apoio a comercialização, assessoria técnica e formação diferenciadas. As políticas públicas não devem ser: experimentais, temporárias, universalizantes e assistencialistas. O etnodesenvolvimento visa à formação de uma sociedade livre de preconceitos étnicos e raciais; uma sociedade que reconhece a diversidade. Busca o reconhecimento da história de luta dos antepassados e de seus conhecimentos historicamente produzidos. Pela liberdade de expressão e respeito às culturas, às crenças, às religiões, às tradições e às ideologias...”*



# A BIODIVERSIDADE DO CERRADO TRANSFORMADA EM PRODUTOS

O Bioma Cerrado é a savana tropical mais rica do mundo em biodiversidade e ocupa 24% do território nacional. Porém, de acordo com dados da Embrapa, hoje restam apenas 61,2% desse total de área. Foi por meio de informações como estas que, em 2001, o Instituto Sociedade População e Natureza - ISPN começou a organizar encontros com comunidades que moram no cerrado e que fabricavam produtos com matéria-prima desse bioma, a fim de ajudá-los na comercialização daquilo que produziam. Com isso, conseguiu-se que vários grupos começassem a participar de feiras de economia solidária, onde estes tinham acesso ao intercâmbio de saberes, aprendizagem, aprimoramento dos seus produtos, além de ser um espaço importante de comercialização.

Mas a participação nesses eventos tornou-se insuficiente. Foi então que, em 2004, os 19 empreendimentos econômicos solidários se uniram e criaram a Central do Cerrado. A Central tem por objetivo promover a inclusão social através do fortalecimento das iniciativas produtivas comunitárias que conciliam conservação do Cerrado com geração de renda e protagonismo social. Por meio da Central do Cerrado é que se promove a divulgação e inserção dos produtos comunitários de uso sustentável do Cerrado nos mercados locais, regionais e internacionais, além de atuar como centro de disseminação de informações, intercâmbio e apoio técnico para as comunidades na melhoria dos seus processos produtivos, organizacionais e de gestão.

Os produtos dos 35 Empreendimentos que hoje integram a Central são feitos a partir do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado. A Central comercializa hoje mais de 200 produtos extraídos do pequi, jatobá, mesocarpo de babaçu, cagaíta, buriti, bauru, entre outros. Por meio destes são feitos óleos, polpas, farinhas, biscoitos, licores, cremes, sabonetes, doces, geléias, produtos de limpeza, etc.

Para dar suporte aos empreendimentos, a Central contava com o apoio da ISPN. Mas com o crescimento da Central, percebeu-se a necessidade de se ter uma autonomia e por decisão da assembléia, em fevereiro desse ano, a Central tornou-se uma cooperativa de segundo grau de comercialização. Assim, os empreendimentos concentram seus produtos na Central e essa distribui e comercializa por meio da internet, através do site [www.centraldocerrado.org.br](http://www.centraldocerrado.org.br), além de participar de feiras de economia solidária, como exemplo as feiras promovidas pelo Programa Nacional de Comercialização, projeto apoiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com o Instituto Marista de Solidariedade.

Os empreendimentos interessados em fazer parte da Central, devem estar atentos aos critérios. De acordo com o secretário executivo da Central, Luis Carraza, os empreendimentos precisam se encaixar nos seguintes princípios: produção coletiva; espaço apropriado para produção; ter produto consolidado no mercado local; gestão democrática; preocupação socioambiental; e trabalhar com produtos oriundos do cerrado.

O Bioma Cerrado: localiza-se principalmente no Planalto Central do Brasil. Ocupa 24% do território nacional, pouco mais de dois milhões de quilômetros quadrados. Segundo estudos atuais, restam 61,2% desse total, em áreas distribuídas no Planalto Central e no Nordeste. É a segunda maior formação vegetal brasileira depois da Amazônia, e savana tropical mais rica do mundo em biodiversidade. Além disso, o Bioma Cerrado é favorecido pela presença de diferentes paisagens e de três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul. Concentra nada menos que um terço da biodiversidade nacional e 5% da flora e da fauna mundiais.

Informações extraídas do site: [www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)



# REDE DE TECNOLOGIAS SOCIAIS COMPLETA 5 ANOS

FONTE: REDE DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

No último dia 15 de maio a Rede de Tecnologias Sociais realizou em Brasília evento em comemoração dos 5 anos da Rede. Na ocasião, foi apresentado um balanço das ações realizadas em difusão e re-aplicação de tecnologias sociais, desde o lançamento da Rede. Houve, ainda, uma apresentação do Espaço Aberto de Conhecimento, que significa a ampliação do Portal da RTS, com banco de dados e comunidades virtuais.

Também foi lançado o livro *Tecnologias Sociais – caminhos para a sustentabilidade*, que reúne artigos de palestrantes do 2º Fórum Nacional da RTS e da 2ª Conferência Internacional de Tecnologia Social, realizados em 2009. Ocorreu, por fim, o lançamento do caderno *Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável – contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação*.

Fundada em 2005, a RTS reúne, articula e integra um conjunto de 695 instituições com o propósito de contribuir

para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de Tecnologias Sociais, que compreendem “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”. Integram a Rede Organizações Não Governamentais, centros de pesquisa, cooperativas, empresas, escolas de ensino médio, fundações e institutos, sindicatos, universidades e órgãos de governo nos níveis federal - como a Secretaria Nacional de Economia Solidária -, estadual e municipal.

As instituições mantenedoras da RTS já investiram, desde a fundação da Rede, mais de R\$ 220 milhões em TSS geradoras de trabalho e renda em áreas como agroecologia, reciclagem, bioenergia, incubação de empreendimentos solidários e captação de água de chuva para a produção de alimentos, entre outras. Os recursos foram aplicados na Amazônia Legal, no Semi-Árido e em periferias de grandes centros urbanos.



## CFES NACIONAL DISCUTE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Entre os dias 18 e 20 de maio o Centro Nacional de Formação em Economia Solidária realizou, em conjunto com o Centros de Formação Regionais em Economia Solidária, o Seminário sobre o Projeto Político Pedagógico Participativo para os CFES. Participaram do Seminário cerca de 50 representantes das seguintes instituições; Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa - CAPINA; Cáritas Brasileira; Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e Fóruns Estaduais de Economia Solidária - FEES; Centros Regionais de Formação em Economia Solidária e representantes dos Conselhos Gestores dos CFES Regionais, Rede de Educação Cidadã, Centro Regional de Economia Solidária, Secretaria Nacional de Economia Solidária. No Seminário, além da apresentação das ações desenvolvidas pelos CFES, aprofundou-se a discussão sobre o papel e as relações de parceria entre os CFES e foi resgatado o acúmulo do Projeto e do movimento da economia solidária sobre as diretrizes político-pedagógicas para o campo da economia solidária. Esse processo resultou na formulação da primeira versão do Projeto Político Pedagógico Participativo do Projeto CFES, que será discutidos nos estados e regiões para consolidação final.